

PROCESSO
DEMOCRÁTICO
PARTICIPATIVO

A CONSTRUÇÃO DO PNE

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Uniplac/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Profa. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof. Dr. César Tello – Universidad Nacional de Tres de Febrero

Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Magna França
Mariangela Momo
(organizadoras)

PROCESSO
DEMOCRÁTICO
PARTICIPATIVO

A CONSTRUÇÃO DO PNE

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Processo democrático participativo : a construção do PNE / Magna França, Mariangela Momo, (organizadoras). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2014. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-340-6

1. Educação – Brasil 2. Educação superior 3. Plano Nacional de Educação 4. Política educacional 5. Professores – Formação profissional I. França, Magna. II. Momo, Mariangela. III. Série.

14-10535

CDD-379

Índices para catálogo sistemático:

1. Processo democrático participativo :
Plano Nacional de Educação :
Políticas educacionais 379

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

OUTUBRO / 2014

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------|---|
| PREFÁCIO | 9 |
| <i>Márcia Maria Gurgel Ribeiro</i> | |

| | |
|---|----|
| Capítulo 1 | |
| A CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE ESTADO | 23 |
| <i>Luiz Fernandes Dourado</i> | |

EIXO I – O plano nacional de educação e o sistema
nacional de educação: organização e regulação

| | |
|--|----|
| Capítulo 2 | |
| PLANO NACIONAL E SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: A DIFÍCIL TAREFA DE CONCEBER UMA POLÍTICA DE ESTADO | 43 |
| <i>Antônio Cabral Neto</i> | |

EIXO II – Educação e diversidade: justiça social,
inclusão e direitos humanos

| | |
|---|----|
| Capítulo 3 | |
| EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: A ALTERIDADE COMO PEDAGOGIA. | 79 |
| <i>Rosália de Fátima e Silva e Jefferson Fernandes Alves</i> | |

| | |
|---|-----|
| Capítulo 4 | |
| EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: JUSTIÇA SOCIAL, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS. ENTENDIMENTOS E CONTROVÉRSIAS PARA O PNE | 111 |
| <i>Adir Luiz Ferreira e Soraneide Soares Dantas</i> | |

EIXO III – Educação, trabalho e desenvolvimento sustentável:
cultura, ciência, tecnologia, saúde e meio ambiente

| | |
|---|-----|
| Capítulo 5 | |
| TRABALHO, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (IN) SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES E FUNDAMENTOS NO HORIZONTE DA CONAE 2014 | 143 |
| <i>Dante Henrique Moura e Márcio Adriano de Azevedo</i> | |

EIXO IV– Qualidade da educação: democratização
do acesso, permanência, avaliação, condições de
participação e aprendizagem

| | |
|--|-----|
| Capítulo 6 | |
| QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO, PERMANÊNCIA E AVALIAÇÃO: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA | 173 |
| <i>Alda Maria Duarte Araújo Castro, Luciane Terra Garcia dos Santos e Maria Goretti Cabral Barbalho</i> | |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 7 | |
| A QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA SUA GARANTIA COMO DIREITO | 205 |
| <i>Márcia Maria Gurgel Ribeiro e Rosa Aparecida Pinheiro</i> | |

EIXO V– Gestão democrática, participação
popular e controle social

| | |
|--|-----|
| Capítulo 8 | |
| CULTURA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL: PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL | 229 |
| <i>Moisés Domingos Sobrinho e Walter Pinheiro Barbosa Júnior</i> | |

EIXO VI– Valorização dos profissionais da educação:
formação, remuneração, carreira e condições
de trabalho

Capítulo 9

A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE
E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL 249

Maria Aparecida de Queiroz e Maria Cristina L. de Paiva

EIXO VII – Financiamento da educação: gestão,
transparência e controle social dos recursos

Capítulo 10

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
E O REGIME DE COLABORAÇÃO: FUNDEF,
FUNDEB E CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL –
A MATRÍCULA E RECURSOS DO RN (1996-2010) 289

Gilmar Barbosa Guedes, Magna França e

Maria Aparecida dos Santos Ferreira

SOBRE OS AUTORES. 325

PREFÁCIO

A coordenação do Fórum Estadual de Educação do Rio Grande do Norte possibilitou-me o privilégio de ser convidada, pelas organizadoras da presente coletânea, para prefaciá-la e apresentá-la aos leitores, explicitando a relevância de sua leitura e, ao mesmo tempo, revelando as contribuições dos autores e a riqueza do conteúdo que a compreende. Desse modo, sinto-me particularmente orgulhosa pelo convite, em especial por haver acompanhado, de perto, o processo de elaboração e de exposição, pelos autores denove entre os dez artigos desta coletânea.

Pautados nos sete eixos temáticos que constitui o Documento-Referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2014), os artigos explicitam as diretrizes para as intervenções realizadas pelos autores, durante as dezoito Conferências Intermunicipais de Educação do Rio Grande do Norte, que ocorreram entre maio a junho de 2013.

A mobilização nacional em defesa da educação como um direito, deflagrada desde a CONAE 2010, tem desdobramentos importantes, para 2014, com o desencadear do processo de preparação, em todo o país, da CONAE 2014, coordenada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), em articulação aos Fóruns Estaduais, Municipais e Distrital de Educação. Esse processo

está referendado pelos educadores em todo o Brasil, reunidos em 2010, que definiram, como forma legítima de organização e de interlocução democrática e participativa com a sociedade civil, a criação e o funcionamento de Fóruns representativos e articuladores dos diversos segmentos educacionais e setores sociais organizados. Nesse sentido, a produção de documentos e de políticas por esses coletivos representa a concretização de metas estratégicas para fazer avançar o processo de construção de um projeto educacional para a nação, fundado em princípios de democratização, de inclusão, de justiça social e do direito inalienável de todo cidadão à escolarização, com garantias de participação e de aprendizagem.

Sintonizado com esses objetivos, o Fórum Estadual de Educação do Rio Grande do Norte assumiu a responsabilidade de coordenar as dezoito Conferências Intermunicipais de Educação do RN (COIME/RN), reunindo profissionais, estudantes, pais, dirigentes, conselheiros da educação básica, tecnológica e superior, bem como setores organizados da sociedade civil, para “conferir” se e como foram viabilizadas as diretrizes e estratégias construídas em 2010, congregando mais de 3.000 participantes, entre maio a junho de 2013.

Com esse mesmo espírito, os autores da presente obra, *Processo democrático participativo: a construção do PNE* apresentam aos leitores, análises sobre recortes teóricos dos conceitos que orientam as discussões do Documento-Referência, bem como dados sobre a realidade educacional, desafios, expectativas, entendimentos, críticas e controvérsias sobre os contextos, atores e situações referentes à educação brasileira e do Rio Grande do Norte, com proposições para implantação de políticas de Estado que contribuam para a melhoria efetiva da qualidade da educação.

Como artigo de abertura, consta a relevante contribuição do professor Luiz Fernandes Dourado, da Universidade Federal

do Goiás, intitulado “A Conferência Nacional de Educação e a construção de políticas de Estado”. O autor tem como objetivo central situar o papel da Conferência Nacional de Educação na educação brasileira, bem como os desdobramentos desta no que concerne à discussão sobre políticas de Estado, privilegiando análises sobre a relação entre estado, educação e políticas educacionais, abordando desafios estruturais e conjunturais. Apresenta elementos sobre as políticas direcionadas à educação básica e superior no Brasil por meio da análise da proposição de ações, programas e estratégias concebidos pelos diferentes atores, considerando os limites e possibilidades desse processo, na conformação, ainda patrimonial do Estado Brasileiro, a não regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, o processo de descentralização/desconcentração da educação nacional, a necessária construção do Sistema Nacional de Educação, entre outros. Propicia, ainda, elementos para situar os processos de gestão educacional incluindo avaliação, regulação e financiamento, bem como os arranjos institucionais que contribuem para a materialidade das políticas de gestão e organização educacionais como políticas de Estado.

Os demais artigos desta coletânea estão articulados com os sete eixos temáticos que orientam o Documento-Referência CONAE 2014. Tratando sobre o Eixo 1, registro a contribuição do professor Antônio Cabral Neto, da UFRN, sistematizada no artigo “*Plano Nacional e Sistema Nacional de Educação: a difícil tarefa de conceber uma Política de Estado*”. O autor organiza o texto em três partes: a primeira retoma alguns indicadores educacionais, realçando os avanços verificados na educação, no país, e as lacunas que ainda prevalecem na oferta desse direito constitucional no que tange à quantidade, e, sobretudo, no que diz respeito à qualidade e às assimetrias no seu atendimento quando se consideram as regiões brasileiras. Na segunda parte, são sistematizadas ideias sobre o sistema federativo, com ênfase

no regime de colaboração entre os entes federados, com foco no campo da educação. Discute, ainda, sobre os três marcos essenciais à garantia do direito à educação, assim configurados: Plano Nacional de Educação (PNE), Sistema Nacional de Educação (SNE) e Lei de Responsabilidade Educacional (LRE). Na terceira e última parte, são sistematizadas considerações finais que retomam o essencial do debate sobre a temática discutida ao longo das duas primeiras partes do texto e delinham-se preocupações com os rumos da educação no país. As discussões realizadas pelo autor permitem concluir que o enfrentamento da problemática da educação no país requer medidas amplas, capazes de configurar um novo patamar de desenvolvimento educacional que propicie a superação dos *déficits* e das enormes assimetrias regionais que persistem no campo da educação. O referido autor considera imprescindível a organização de sistemas educacionais pautados em princípios democráticos, capazes de promover a inclusão com qualidade de setores cada vez mais expressivos da sociedade.

As discussões sobre o Eixo II do Documento-Referência CONAE 2014 possibilitaram a elaboração de dois artigos apresentados nas COIME/RN. O primeiro deles, de autoria dos professores Rosália de Fátima e Silva e Jefferson Fernandes Alves, ambos docentes da UFRN, intitula-se “*Educação e Diversidade: a alteridade como pedagogia*”. Os autores têm como objetivo compartilhar inquietações a partir de um referencial sócio antropológico, indagando sobre gestão, implementação, organização de dispositivos formativos ao educador, tendo como parâmetro uma pedagogia pautada na alteridade. Em sua organização, optaram por pontuar elementos ou dimensões que instigam formas de desenvolvimento de políticas e práticas educacionais que considerem os processos de inclusão, o reconhecimento do outro e, nesse sentido, assinalam a nomeação de pedagogia da alteridade como o realce da natureza

intersubjetiva dos processos de construção de conhecimento, uma vez que educar corresponde a formar, interativamente, em processos de trocas, pessoas com raízes, tradições culturais, itinerários e pertencimentos distintos, na perspectiva de construir saberes, práticas e cenários sociais comuns que considerem a diversidade como fundamento ontológico. Os autores apresentam a análise em três partes. A primeira parte trata do *cenário atual da educação* apontando dados da Unicef acerca dos índices de exclusão escolar, relacionados com dimensões de etnia, pessoas com deficiência e situação no campo. Consideram que a concepção de uma política educacional assentada na diversidade do ser humano deve orientar-se pela construção de contextos e cenários democráticos que não só problematizem tais desigualdades, mas também assumam como perspectiva a construção da igualdade social. Na segunda parte, tratam da *perspectiva do sistema articulado*, da educação nacional, considerando que o delineamento de instâncias democráticas de problematização e gestão educacional apontam para as diretrizes e metas do PNE, na medida em que em seu correlato desdobramento, por meio de planos (estadual e municipal), metas e estratégias, pressupõe ações de pessoas, de grupos, de parcerias e de organizações e entidades das minorias (ou a elas vinculadas). A terceira parte apresentada pelos autores explicita a *visibilidade cultural e curricular do outro*, reforçando a necessidade de desenvolvimento de políticas e práticas educacionais que superem a concepção homogênea de sociedade, de cultura e de escola. No contexto do Rio Grande do Norte, três segmentos dos povos tradicionais – os negros, os índios e ciganos – sofreram, ao longo dos tempos, uma espécie de apagamento cultural. O realce na natureza cultural e subjetiva desses povos se encontra em uma concepção de Justiça Curricular e que, relacionada com a nomeação de Pedagogia da Alteridade, coloca como necessárias nas discussões da CONAE 2014 proposições que considerem os

processos de apreensão da condição intersubjetiva da construção de conhecimento, tendo como referência a diversidade cultural.

O segundo artigo do Eixo II, intitulado “*Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos. Entendimentos e Controvérsias para o PNE*” foi elaborado pelos professores Adir Luiz Ferreira e Soraneide Soares Dantas, professores da UFRN. A análise apresentada tem como objetivo discutir sobre educação e diversidade no Brasil, a partir das bases socioeconômicas e filosóficas das representações contemporâneas sobre a cultura e o papel dos sistemas de ensino e das escolas, assim como dos fundamentos e fins das políticas de educação nas próximas décadas. O artigo está dividido em três partes, buscando uma compreensão teórica dos termos da educação e diversidade presentes nas propostas e debates sobre o PNE 2011-2020. Os autores discutem sobre os pressupostos e as controvérsias e sobre as relações ambíguas entre diversidade, diferenças e desigualdade, como perspectivas complexas, que podem ser apreendidas das diferentes concepções críticas sobre as políticas educacionais. Logo, a noção da diversidade não implicaria o ocultamento das desigualdades; ao invés disso, a diversidade traria o entendimento crítico e pragmático de que as práticas democráticas pressupõem a negociação contínua de conflitos como estratégia política que reconheça a apresentação conflitiva do convívio social, a educação contribua para o desenvolvimento humano. Argumentam também sobre as relações entre educação, justiça social e inclusão, fundadas nas complexas dimensões conceituais e políticas da universalidade dos direitos humanos, a partir dos estudos sobre a diversidade como paradigma, visando superar as estruturas culturais excludentes e discriminatórias ainda operantes na sociedade brasileira, mas também, na referência das proposições para a diversidade cultural e para a realização dos direitos humanos contidos nos documentos dos organismos internacionais,

especialmente a Unesco. Finalizando, apresentam algumas críticas sobre o tema da educação e diversidade, como está apresentado no projeto de lei, ainda em tramitação no Congresso Nacional, para o PNE 2011-2020. Nesse projeto, as conceituações subjacentes para o PNE relacionadas à diversidade e à educação, entendidas como construções sociais que são estruturadas e estruturantes das relações coletivas e individuais, revelam-se as fontes de justiça social e inclusão dos grupos historicamente excluídos da sociedade brasileira. Porém, há um longo caminho até se reconhecer e aceitar a diversidade, na escola e fora dela, saindo da tolerância liberal para a convivência democrática e conflitiva, fortalecendo, assim, a diversidade da vida contra a homogeneidade e a normatividade das diferenças sociais.

Na abordagem do Eixo III do Documento-Referência CONAE 2014, a produção dos professores Dante Henrique Moura e Márcio Adriano de Azevedo, ambos docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/Campus Natal central (IFRN), oferece a oportunidade de dialogarmos com suas ideias, sistematizadas no artigo intitulado “*Trabalho, Educação e Desenvolvimento (In) Sustentável: reflexões e fundamentos no horizonte da CONAE 2014*”. Os autores discutem e problematizam o Eixo III, analisando que, mediante os projetos societários em disputa, certamente o hegemônico é o do capital, que tem a sua centralidade na dimensão econômica e no mercado, em particular. Nesse sentido, a ideologia neoliberal é essencial para conformar os seres humanos a essa racionalidade hegemônica. Para essa racionalidade, a educação tem a função de formar indivíduos que se encaixem nessa engrenagem da maneira mais eficiente e mais eficaz, visando ao aumento da produtividade do capital, reduzindo a formação humana à instrumentalidade para o mercado de trabalho em detrimento da formação humana integral. Diferentemente dessa perspectiva, os autores compreendem que

a educação, o trabalho e o desenvolvimento sustentável devem ter como centralidade a ideia de uma sustentabilidade democrática, visando à garantia de direitos, cujos cidadãos sejam sujeitos políticos de seu ambiente material, territorial, social, econômico e ambiental. Consideram importantes e relevantes as observações acerca da ideia de sustentabilidade democrática, na qual a formulação, a implementação, o acompanhamento e avaliação das políticas públicas devem garantir e assegurar o envolvimento, a participação e a acessibilidade dos diferentes e diversos sujeitos políticos, bem como dos segmentos e representações da sociedade nos processos decisórios, o que é bem próprio do espírito que motiva, organiza e fundamenta a CONAE 2014. Por fim, compreendem que, no horizonte de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade social, a educação – enquanto processo e como materialização de iniciativas governamentais e de um sistema articulado – deve fundamentar-seno princípio educativo do trabalho, cuja centralidade é a sustentabilidade e a transformação humanas.

As discussões sobre o Eixo IV são sintetizadas em dois artigos que fundamentaram as exposições nas COIME 2013. O primeiro artigo, denominado “*Qualidade da Educação, Democratização do Acesso, Permanência e Avaliação: os desafios da educação brasileira*” foi elaborado pelas professoras Alda Maria Duarte Araújo Castro, Luciane Terra Garcia dos Santos e Maria Goretti Cabral Barbalho, todas docentes da UFRN. As autoras discutem a temática da qualidade da educação, do acesso, da permanência e da avaliação considerados como desafios que o Brasil tem que enfrentar na atualidade, no campo educacional. Partem do pressuposto de que a solução desses problemas está em conceber e implementar políticas públicas, capazes de superar os graves problemas que ainda persistem no campo da educação, oriundos da gênese da constituição do Estado brasileiro, que, desde a sua organização, mantém a dualidade

do sistema educacional, acentuando as desigualdades na oferta de serviços educacionais. O texto está estruturado de forma a discutir, inicialmente, a necessidade de se implantar no País um regime de colaboração que seja capaz de reduzir as diferenças regionais e socioeconômicas presentes no cenário educacional brasileiro. A agenda da efetiva universalização do direito de aprender exige considerar esses desafios, além de uma ação de colaboração entre os três níveis de governo e uma articulação efetiva entre governo e sociedade. Na segunda parte, as autoras discutem sobre os diferentes conceitos de qualidade da educação e o interesse que ela vem suscitando na comunidade acadêmica e na sociedade civil colocando-se, dessa forma, como tema central nas agendas das políticas educacionais. Compreendem que a qualidade dos serviços prestados pelos sistemas de ensino deve ser assegurada não só no plano da lei, mas também, por meio de um processo de planejamento, implementação e avaliação de ações, com garantia de recursos que possibilitem a sua realização efetiva. As autoras discutem, ainda, a forma como o sistema educacional foi se configurando ao longo de sua história de forma dual e elitista contribuindo, significativamente, para aumentar a evasão nas escolas. Concluem evidenciando que a qualidade da educação, o acesso, a permanência e a avaliação não constituem uma preocupação nova nas políticas educacionais, no atual cenário, visto que é nítida a preocupação do governo brasileiro em instituir programas para a melhoria da qualidade e dos índices educacionais. A qualidade educacional continua sendo, na atualidade, um importante desafio a ser vencido, considerando a sua centralidade para o atendimento às exigências do desenvolvimento nacional e para a construção/consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária.

O segundo artigo que compõe o Eixo IV, denominado “*A qualidade social da Educação pública e os desafios para sua garantia como direito*” foi organizado pelas professoras

da UFRN, Márcia Maria Gurgel Ribeiro e Rosa Aparecida Pinheiro. Nesse artigo, as autoras objetivam abordar aspectos sobre o conceito de qualidade em educação, com privilégio para a qualidade socialmente referenciada. Apresentam, na primeira parte do texto, aspectos sobre o conceito de qualidade em educação, evidenciando sua polissemia e complexidade. Analisam, na segunda parte, alguns dados oficiais sobre a educação nacional e norte-rio-grandense, para compreender em quais dimensões o acesso, a permanência e as condições para participação e aprendizagem se realizam na escola, articulados às metas do Projeto do PNE em tramitação no Senado Federal e aos desafios que estão colocados na pauta do debate sobre a qualidade, para que se efetive um projeto de educação que assegure a universalização, a ampliação e a democratização de oportunidades para toda a população. As autoras assumem a posição de que, como integrantes dos diversos setores que buscam, em suas especificidades, o objetivo comum de democratização participativa e qualidade social no espaço educativo, sua representação na CONAE 2014 deve pautar as recomendações e estratégias que visem garantir investimentos na educação, em seu conjunto, para possibilitar a universalização real como direito à educação pública, gratuita, laica, de qualidade social para todos, em todos os níveis e modalidades.

As discussões do Eixo V do Documento-Referência contaram com a participação dos professores Moisés Domingos Sobrinho e Walter Pinheiro Barbosa Junior, da UFRN, que elaboraram o artigo intitulado “*Cultura de Gestão Democrática no Brasil: participação popular e controle social*”. Nessa análise, os autores objetivam compartilhar o sentido político e histórico do processo de construção democrática em curso na sociedade brasileira. Apresenta, também, um conjunto inacabado de ideias e concepções que buscam estimular as reflexões sobre um momento de transição de uma sociedade que

abandona as mazelas de um passado profundamente autoritário, cujo período ditatorial militar é a memória mais recente, e passa para uma sociedade que começa a aprofundar a sua estruturação democrática. Compartilham os resultados dos estudos e reflexões sobre as particularidades do processo brasileiro de construção da democracia; a gestão democrática no campo educacional e aponta para a gestão colegiada como estratégia de participação popular e controle social em educação, evidenciando os Conselhos Escolares, como uma estratégia que propicia uma nova aprendizagem democrática no interior de cada escola. Por fim, indicam as conferências municipais, intermunicipais, estaduais e nacional como estratégia que reforça a tendência de consolidação democrática ao implicar a sociedade na construção de um Plano Nacional de Educação que estrutura o Sistema Nacional de Educação do Brasil.

O Eixo VI do Documento-Referência CONAE 2014 foi tratado pelas professoras Maria Aparecida Queiroz e Maria Cristina Leandro de Paiva, da UFRN, que sistematizam reflexões no artigo intitulado “*Valorização do Trabalho Docente e a Formação Profissional*”. Nessa discussão, as autoras elegeram a perspectiva teórica do trabalho interativo dos profissionais, enquanto trabalhador e ser humano, ante um determinado serviço e não uma produção material, a exemplo da indústria. Consideram a docência como atividade humana que se desenvolve na inter-relação entre as pessoas, em um contexto sócio-cultural-político determinado, que influencia e sofre influência das condições objetivas da vida material. Nesse sentido, a demanda formativa deve estar pautada em objetivos, conteúdos e metodologias condizentes à atuação no magistério, na perspectiva do desenvolvimento profissional docente, sendo que à formação inicial seguir-se-ia a formação continuada, em um processo interligado. Essas premissas carecem de um olhar acurado acerca da valorização do profissional da educação, em

uma perspectiva de formação da identidade docente. Nesse contexto, não podem perder de vista a redefinição de papéis sociais, políticos e culturais da instituição escolar, de modo que a formação, remuneração, carreira e condições de trabalho docente estejam conectados a um projeto mais amplo de sociedade, de ser humano, de cidade e de cidadania. Concluem, portanto, que o docente há de ser mais valorizado, com uma postura ética e compromisso com uma educação libertadora, assumindo a luta por melhores condições de trabalho, pela formação continuada condizente com os anseios e contextos formativos, por planos de cargo, carreira e salários íntegros, que dignifiquem sua condição de vida pessoal e profissional.

Finalizando, no Eixo VII do Documento-Referência, a contribuição foi elaborada e apresentada pelos professores Gilmar Barbosa Guedes, Magna França, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e pela professora Maria Aparecida dos Santos Ferreira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/Campus Macau (IFRN). Os autores do artigo denominado “*Financiamento da Educação e o Regime de Colaboração: Fundef, Fundeb e Conselho de Controle Social – a matrícula e recursos do RN*”, partem da análise sobre o atual contexto das políticas educacionais para entender o federalismo, e suas implicações nas relações que os entes federados estabelecem entre si na repartição de competências, na coordenação e no financiamento da educação. No momento em que se discute o Plano Nacional de Educação (PNE), como fenômeno interativo para a materialização do sistema nacional articulado, o financiamento da educação torna-se elemento central para implementação das metas estabelecidas por esse Plano e para a universalização do direito a uma educação pública de qualidade. Nesse estudo, os autores analisam o financiamento da educação e o regime de colaboração, tendo em vista a política de Fundos (Fundef e o

Fundeb) e o conselho de controle social, trazendo ainda, dados referentes aos citados Fundos, como resultados de pesquisas no estado do Rio Grande do Norte. Destacam que as políticas públicas de Fundos de investimentos/incentivos, inseridas na agenda da educação de estados e municípios, assumem no debate político educacional a partir da década de 1990, especificamente no período 2006-2012, o ideário de regime de colaboração entre os entes federados tomando força nas prerrogativas legais do contexto. Nesse percurso, o princípio da universalização prioriza a educação básica concebida pela Reforma do Estado brasileiro tendo como referência, para a área educacional, a descentralização financeira, por meio de planos, programas e projetos. Os Fundos alteraram cada um com uma formulação própria, a trajetória de parcela substancial da vinculação da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Esses funcionam como indutores dos governos estaduais e municipais na formatação das suas redes de ensino, devido à possibilidade do governante obter receita, por meio de um valor aluno/ano, em correspondência às matrículas oferecidas (Bassi 2011). No caso do Fundef, era de 15%; e do Fundeb, de 20%, de recursos provenientes dos impostos. Conforme os princípios constitucionais, a participação popular, as regulamentações das políticas sociais, e o processo de democratização vêm estimulando a implementação de diversos conselhos de controle social em diversos setores nos estados e municípios. Os conselhos são canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos. Por fim, apresentam-se algumas experiências de pesquisas realizadas no Rio Grande do Norte, referentes aos Fundos – Fundef e Fundeb, relacionadas com matrículas e recursos.

Movida pela profusão de debates e elaborações que estruturam e engrandecem a presente obra, reforço a postura

ética assumida por todos os autores sobre a importância da efetiva participação de educadores e setores sociais, na construção das Conferências e das políticas educacionais. Considero pertinente destacar, ainda a importância da definição de estratégias e procedimentos para pressionar os Governos e o Congresso Nacional na definição de políticas de Estado para a educação, que assegurem não só a universalização do acesso, mas, essencialmente, a qualidade socialmente referendada da educação. Desejo, assim, que a leitura da obra contribua para novas e produtivas reflexões e práticas sobre a educação, a escola e seus sujeitos, protagonistas e produtores de histórias de escolarização, de desenvolvimento e de crescimento humano, cidadãos engajados na luta por um projeto de sociedade justa, democrática e igualitária.

Márcia Maria Gurgel Ribeiro

Professora do Centro de Educação da UFRN

Coord. do Fórum Estadual de Educação do Rio Grande do Norte